Lei nº 3.673, de 17 de dezembro de 2007.

Autoriza a doação da área que especifica à Empresa “Stracini Indústria, Comércio e Transportes de Artefatos de Madeira Ltda.” e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARITINGA:

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a Lei nº 3.673/2007:

Art. 1º. Fica a Fazenda Municipal autorizada a doar, a título gratuito, à **Empresa “Stracini Indústria, Comércio e Transportes de Artefatos de Madeira Ltda.”**, CNPJ nº 60.626.561/0001-22, com sede na avenida Comendador Torimatsu Miura, antiga avenida projetada 03, Município de Taquaritinga, Estado de São Paulo, a seguinte área:- Uma área de terra composta de 7.443,71 m² (sete mil, quatrocentos e quarenta e três metros quadrados e setenta e um decímetros quadrados), situado no Núcleo de Desenvolvimento Integrado “Nadir de Paula Eduardo”, matrícula nº 26.142, dentro das divisas e confrontações seguintes: “Tem seu início no ponto 01, localizado no alinhamento predial direito (lado par) da avenida projetada 03, distante 16,81 ms. do eixo da rua projetada 05; daí segue pelo alinhamento direito (lado par) da avenida projetada 03, na distância de 48,42 ms, e azimute 63º18’00” até encontrar o ponto 02; daí, deflete à esquerda e confrontando com os lotes nº 10 e 03, da quadra “D”, segue com a distância de 126,59 ms. e azimute de 338º43’46”, até encontrar o ponto 03, localizado no alinhamento predial esquerdo da rua projetada 03; daí segue pelo referido alinhamento na distância de 49,00 ms. e azimute de 248º03’46” até encontrar o ponto 04; daí segue em curva a esquerda da rua projetada 03 para a rua projetada 05, com um desenvolvimento de 14,14 ms. até encontrar o ponto 05, localizado no alinhamento predial direito, da rua projetada 05; daí segue pelo referido alinhamento na distância de 112,64 ms. e azimute de 158º43’46” até encontrar o ponto 06; daí segue em curva à esquerda da rua projetada 05 para a avenida projetada 03, com um desenvolvimento de 14,89 ms. até encontrar o ponto 01, ponto este de início e fim da presente descrição perimétrica, avaliada em R\$ 23.819,87 (vinte e três mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e sete centavos).

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo destinar-se-á, exclusivamente, a instalação pela donatária de um comércio varejista de materiais de construção em geral.

Art. 2º. Tendo em vista a finalidade prevista no parágrafo único do art. 1º, desta Lei, que ensejará a oferta de novos empregos, diretos e indiretos, o incremento da atividade econômico-financeira do Município em geral, e, em decorrência, o aumento da arrecadação em todas as esferas de Governo, revestindo-se a doação de relevante interesse público, fica dispensada a respectiva licitação para a alienação da referida área conforme o disposto no art. 17, § 4º, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações de leis posteriores.

Parágrafo único. Caso a donatária necessite oferecer o imóvel de que trata o art. 1º, desta lei, em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações, previstas nos art. 3º, 4º e 5º, serão garantidas por hipoteca em 2º grau, em favor da doadora.

Art. 3º. Da escritura deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem a efetiva utilização da área doada para os fins a que se destina e que, por outro lado, vedem a sua transferência a qualquer título, pelo prazo de dez (10) anos, estipulando-se ainda que, em caso de inadimplemento, da condição imposta por esta Lei, a mesma reverterá ao Patrimônio Municipal, independentemente de indenização por benfeitorias realizadas, de acordo com o disposto na Lei nº 3.195, de 07 de agosto de 2001.

Art. 4º. A Prefeitura Municipal, tendo em vista o relevante interesse público na instalação da citada indústria em seu território, poderá fornecer a donatária benefícios de terraplenagem dos terrenos e movimentação de terra, isenção das despesas de aprovação de projetos na Prefeitura, estando apta a receber outras isenções tributárias cabíveis que possam ser aprovadas pelo Prefeito Municipal ou já existentes em Lei específica.

Art. 5º. A donatária fará jus aos benefícios fiscais nas condições estabelecidas pelas Leis nº 1.560, de 29 de junho de 1977 e 3.195, de 07 de agosto de 2001, obrigando-se a cumprir os encargos das mesmas constantes.

Art. 6º. As despesas com a outorga da escritura definitiva correrão à conta da donatária.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga, 17 de dezembro de 2007.

José Paulo Delgado Junior
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Divisão de Expediente e Secretaria, na data supra.

Aginaldo Aparecido Rodrigues Garcia
Agente do Serviço Municipal resp. p/Divisão